



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Sotaque Percebido e Estratégias de Acluturação em estrangeiros dos Países Africanos
de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e brasileiros a viverem em Portugal.

Etiane Eunice Carvalho da Gama
Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
das Relações Interculturais

Orientador:
Professor Doutor Ricardo Borges Rodrigues, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE-IUL

setembro, 2018



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Sotaque Percebido e Estratégias de Acluturação em estrangeiros dos Países Africanos
de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e brasileiros a viverem em Portugal.

Etiane Eunice Carvalho da Gama
Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
das Relações Interculturais

Orientador:
Professor Doutor Ricardo Borges Rodrigues, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE-IUL

setembro, 2018

Agradecimentos

Os meus apreços vão, primeiramente, “Àquele que me fortalece” pois sem a força e motivação concedidas, nada seria concretizado. Dedico este trabalho aos “Meus” familiares, amigos, em especial aos meus Pais, que desde o início da formação académica apoiaram-me incondicionalmente; aos meus irmãos; aos meus Avós. Sem esquecer-me de agradecer, em especial, “alguém” que também simboliza motivação e dedicação, que durante todo o processo tive a honra de partilhar as minhas hesitações, receios e objetivos deste percurso. Também gostaria de agradecer aos meus orientadores Doutor Ricardo Borges Rodrigues e a Doutora Maria Benedicta Monteiro, por terem aceite colaborar e orientar-me na execução e desenrolar de todo o processo. Eternamente grata!

Um Bem Haja! À toda comunidade académica, dos PALOP, CPLP, aos colegas e aos professores de Angola, Macau, Portugal, um Bem Haja!

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a percepção do sotaque e as preferências de aculturação (integração, assimilação, separação e marginalização). Pretende-se, ainda, analisar em que medida a percepção de legitimidade da discriminação face ao sotaque modera a relação entre a percepção do sotaque e as preferências de aculturação. A amostra do estudo foi constituída por 82 participantes estrangeiros a residir em Portugal, nacionais dos Países Africanos de Língua Portuguesa e do Brasil, com idades entre 18 e os 49 anos. Os resultados permitem concluir existir uma relação entre a percepção do sotaque e as preferências de aculturação moderada pela percepção de legitimidade da discriminação. Especificamente, para os participantes com alta percepção de legitimidade, níveis superiores de sotaque percebido estão associados a níveis inferiores de separação, assimilação, níveis inferiores de marginalização e níveis superiores de integração.

Palavras-chave: Estratégias de aculturação; percepção do sotaque; legitimidade da discriminação em relação ao sotaque.

Abstract

The present study aims to analyse the relationship between accent perception and acculturation preferences (integration, assimilation, separation and marginalization). It is also intended to analyse to what extent the perception of legitimacy of accent discrimination moderates the relationship between accent perception and acculturation preferences. The study sample consisted of 82 foreigners living in Portugal, nationals of Portuguese-speaking African countries and Brazil, aged between 18 and 49 years. The results allow to conclude that there is a relationship between the perception of accent and the preferences of moderate acculturation by the perception of the legitimacy of discrimination. Specifically, for participants with high perceived legitimacy of discrimination, higher levels of perceived accent are associated with lower levels of separation, assimilation, lower levels of marginalization, and higher levels of integration.

Key-words: Acculturation strategies; accent perception; discrimination legitimacy based on accent.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I - Contextualização: A migração	4
1.1. O fenómeno migratório: O caso português	4
Capítulo II - Enquadramento Teórico	7
2.1. Aculturação e Estratégias de Aculturação	7
2.1.1. Modelos de aculturação.	8
2.1.2 Estratégias de aculturação e tipos de adaptação.....	11
2.3. Perceção da Discriminação e Perceção da Legitimidade da Discriminação	13
2.4. Discriminação com base na Expressão Linguística (sotaque)	15
2.3.1. A manifestação da discriminação do sotaque nos meios de comunicação/arte	18
2.5. Objetivos do presente estudo.....	19
2.6. Hipóteses	20
Capítulo III - Método	21
3.1. Amostra.....	21
3.2. Procedimento	21
3.3. Instrumentos	21
Capítulo IV- Resultados.....	24
4.1. Estatísticas Descritivas	24
4.1.1. Perceção do Sotaque	24
4.1.2. Perceção de Legitimidade da Discriminação do Sotaque.....	24
4.1.3. Estratégias de Aculturação.	24
4.2. Correlações entre as variáveis	26
4.2. Teste do modelo	28
Capítulo V - Discussão	32
Referências	35
Anexos	38

Índice de Quadros

Tabela. 4.2. Correlação entre as variáveis do estudo.....	26
---	----

Índice de Figuras

Figura. 2.6. Modelo teórico.....	20
Figura. 4.1. Média das estratégias de aculturação.....	25
Figura. 4.3.1. Efeito interação integração.....	28
Figura. 4.3.2. Efeito interação assimilação.....	29
Figura. 4.3.3. Efeito interação separação.....	30
Figura. 4.3.4. Efeito interação marginalização.....	31

INTRODUÇÃO

A migração é um processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado; é um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, desenraizadas. (Organização Internacional para a Migração, 2011). Todavia, Bhugra & Jones (2001), definiram a migração como o processo de mudança social, na qual um indivíduo se move de um ambiente cultural para outro, para efeitos de regularização permanente ou por um período prolongado. Tal mudança ocorre por inúmeras razões, nomeadamente, económica, política ou educacional. O processo é stressante e o stress pode originar uma doença mental (Bhugra & Jones, 2001). De acordo com Bhugra & Jones (2001), a preparação dos migrantes, a sua aceitação pela nova comunidade ou sociedade de acolhimento e o próprio processo de migração são alguns dos macro fatores originários dos transtornos mentais; os micro fatores incluem traços de personalidade, robustez psicológica, identidade cultural, apoio social e aceitação de outros em seu próprio grupo étnico.

A aculturação pode ser conceptualizada como um processo constituído por quatro formas de orientação: Integração, Assimilação, Separação e Marginalização (Berry, Phinney & Vedder, 2006). A integração é o processo pelo qual o indivíduo mantém ou preserva a sua identidade cultural e estabelece contactos com a nova sociedade do país recetor ou anfitrião; em oposição, a assimilação ocorre quando o indivíduo ou determinado grupo adota a cultura do país anfitrião e abdica da sua identidade cultural originária, isto é, o indivíduo estabelece contactos com a nova sociedade e refuta quaisquer contactos com indivíduos do seu país de origem; a separação ocorre quando o indivíduo não estabelece contactos com a sociedade de acolhimento, ou seja, mantém a sua identidade cultural e afasta-se da cultura do país anfitrião, quer isto dizer que, na estratégia separação, o indivíduo evita o contacto com a sociedade anfitriã; por fim, a marginalização ocorre quando o indivíduo ou determinado grupo não se identifica com a sua cultura originária, nem com a cultura do país anfitrião (Berry et al., 2006). Quando se fala em migração, uma das questões também a ter em conta é o processo e o tipo de adaptação, ou seja, adaptação psicológica e adaptação sociocultural (Berry, & Sam, 1997; Berry et al., 2006), isto é, perceber em que medida as estratégias de aculturação escolhidas ou preferidas pelos imigrantes, influenciam positiva ou negativamente o seu bem-estar.

Entretanto, pode dizer-se que a formação académica no exterior representa um tipo de migração, na medida em que se verificam mudanças e deslocações geográficas do país/região de origem para o país/região de destino.

Em Portugal, por exemplo, a formação no ensino superior tem sido uma das vertentes migratórias com crescimentos significativos. Tendo em conta o relatório sobre “A Imigração de Estudantes Internacionais para a União Europeia: O Caso Português” do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012), em Portugal, entre 2006 e 2011, os estudantes internacionais (nacionalidade extra UE-27) representavam cerca de 4% do total de estudantes inscritos no ensino superior; em termos absolutos, observa-se que o número tem vindo a aumentar, registando-se aproximadamente quinze mil estudantes internacionais em 2006 e mais de dezassete mil em 2011. Para o mesmo período, os estudantes de nacionalidade intra UE-27 raramente ultrapassavam 1% da totalidade dos estudantes matriculados, não obstante o número ter quase duplicado ao longo dos anos em apreço. Tendo em conta o total ou conjunto dos estudantes internacionais, os estudantes oriundos do continente africano, concretamente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é a que mais se destaca no acesso e frequência das IES portuguesas. Esta situação pode ser explicada pelas relações de amizade e de cooperação entre Portugal e os PALOP, refletidas na institucionalização de regimes especiais e na concessão de diversas bolsas (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012).

Embora o mundo esteja a tornar-se cada vez mais global e estejamos expostos a mais tipos diferentes de sotaques (Cerrato, 2017), é notória a ocorrência de casos de xenofobia associados a imigração. Abdullah, Aziz & Ibrahim (2014) demonstram que os estudantes (imigrantes) apesar de contribuírem para o fortalecimento da diversidade no ensino superior, globalizando o currículo e a mentalidade de outros estudantes, dos membros do corpo docente e do público em geral, são alvos de discriminação (e.g., linguística, expressão oral, origem). Hanassab (2006) no seu estudo, revelou que os estudantes internacionais eram vítimas de discriminação nas suas interações com a faculdade, com o pessoal, com outros estudantes, e com a comunidade anfitriã. Os resultados do estudo demonstraram ainda que os estudantes internacionais do Médio Oriente e de África eram os principais alvos de estereótipos e discriminação (Hanassab, 2006). O sotaque é um dos exemplos de discriminação associados à origem e, de acordo com Cerrato (2017), uma forma de discriminação difícil de provar; a perceção de uma pessoa sobre o sotaque de outra pessoa pode influenciar a maneira como ela vê a pessoa; Akomolafe (2013) define a discriminação face ao sotaque como a "Minoria Invisível",

por ser um tipo de discriminação difícil de provar. O sotaque é um tipo de discriminação associado à não promoção profissional, ou seja, há casos de imigrantes ou não nativos de determinada língua, por exemplo o inglês, que não lhes é dada a possibilidade de ascenderem profissionalmente (Akomolafe, 2013). A percepção do sotaque afeta a carreira profissional e a empregabilidade (Munro, 2003; Gluszek, 2010).

Segundo Gluszek (2010), alguns empregadores afirmaram ter discriminado com base na aparência estrangeira ou no sotaque de uma pessoa. Entretanto, a discriminação face ao sotaque não ocorre apenas com a língua inglesa, mas também com outras línguas; a discriminação face ao sotaque acontece noutros países. Enquanto houver discriminação, haverá discriminação face ao sotaque também (Cerrato, 2017). Quando a discriminação é vista como legítima, em situações de discriminação frequente, existe tendência para um afastamento do indivíduo em relação ao grupo de origem (endogrupo); por outro lado, quando a discriminação é avaliada como ilegítima, a identificação com o grupo de pertença tende a aumentar (Jetten et al., 2011).

Tendo essas abordagens em consideração, a realização deste estudo tem como primeiro objetivo, perceber se, no contexto da aculturação, mais concretamente, das estratégias de aculturação, nomeadamente integração, assimilação, separação e marginalização (Berry et al., 2006), escolhidas por estrangeiros, estudantes, em Portugal, são influenciadas ou não pela percepção do sotaque; o segundo objetivo consiste em verificar se a percepção da legitimidade do sotaque influencia (i.e., modera) a percepção do sotaque dos estrangeiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e dos brasileiros que vivem em Portugal, bem como as escolhas das estratégias de aculturação. O trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos; há um capítulo dedicado ao enquadramento teórico (II), onde se aborda os conceitos-chave relacionados com o problema de pesquisa; seguidamente é apresentado o objetivo do estudo e as respetivas hipóteses, a metodologia (III capítulo) usada no estudo; descreve-se os instrumentos utilizados; no capítulo IV apresenta-se os resultados e a discussão (V capítulo) do estudo.

Capítulo I - Contextualização: A migração

1.1. O fenómeno migratório: O caso português

De acordo com a Organização Internacional para Migração (2011) a migração é um fenómeno que envolve a deslocação de pessoas ou grupos de indivíduos, dentro ou fora do território. No entanto, o migrante é o indivíduo que se desloca através da fronteira internacional ou dentro de um Estado longe ou diferente do seu local habitual de residência, independentemente do seu estatuto legal, se o movimento é voluntário ou involuntário, das causas do movimento, ou duração da estadia (OIM, 2011).

O número de migrantes internacionais em todo o mundo tem crescido rapidamente, atingindo 244 milhões em 2015, passando de 222 milhões em 2010 e 173 milhões em 2000. Em 2015, dois terços (67 %) de todos os migrantes internacionais viviam em apenas vinte países; a idade média dos migrantes internacionais em todo o mundo foi de 39 anos, em 2015 (Nações Unidas, 2016). Entretanto, sendo o mundo de hoje cada vez mais interconectado, devido a globalização e a internacionalização das economias, a migração internacional tornou-se uma realidade que a todos afeta, esbatendo a distinção entre países de origem, trânsito e destino (Nações Unidas, 2016). Não obstante, ainda de acordo com o relatório das Nações Unidas (2016), a pobreza, a desigualdade e a falta de emprego digno são uma das razões que obrigam as pessoas a abandonarem as suas casas, a procura de melhores futuros, condições de vida para si e para a sua família. Apesar dos muitos benefícios da migração, os imigrantes representam um dos grupos entre os membros mais vulneráveis na sociedade de acolhimento, na medida em que são, frequentemente, vítimas de discriminação nos países de destino (Nações Unidas, 2016).

Em Portugal, o fenómeno migratório com maior expressão surge na década de 1980, sendo na década de 1990 que adquire, de forma estável, saldos migratórios positivos. Em 1990, Portugal recebe mais imigrantes; em 2009 houve um decréscimo de residentes estrangeiros declarados no Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF); em 2011, registou-se saldos migratórios negativos, visto que havia mais pessoas a emigrar do que a imigrar; em 2012, em Portugal, apenas 4% dos residentes eram estrangeiros (Observatório das Migrações, 2015).

“Em 2016 inverteu-se a tendência de decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal, totalizando 397.731 cidadãos com título de residência válido (+2,3%)... A estrutura das dez nacionalidades mais representativas alterou-se com a entrada da França, cuja comunidade registou um aumento superior a 33% face a 2015, e a conseqüente saída de São Tomé e Príncipe da lista em apreço, com uma redução homóloga de 6,1%. De salientar ainda que o Reino Unido, em 2016, passou a ser a sexta nacionalidade mais relevante (19.384), com um crescimento de 12,5%, suplantando Angola (16.994). “(SEF, 2016, p.10).

O relatório do SEF (2016), revela ainda que em termos de nacionalidades mais relevantes, a nacionalidade brasileira integra este leque (7.059). A nacionalidade brasileira, com um total de 81.251 cidadãos, mantém-se como a principal, comunidade estrangeira residente à frente dos PALOP, nomeadamente, Angola (16.994), Cabo Verde (36.578), Guiné Bissau (15.653), Moçambique (2.848) e São Tomé e Príncipe (8.968). Em termos geográficos, o continente que mais desceu, foi o africano (-5,7%), com incidência nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cuja aquisição da nacionalidade portuguesa constituirá a principal causa para este decréscimo. O fluxo migratório, mantém-se com a tendência de novos títulos emitidos (46.921), registando um aumento de 24,0% face ao anterior (37.851), justificado pelo aumento da emissão de títulos de residência para trabalho dependente. Relativamente ao sexo, o sexo feminino apresenta maior percentagem (51,5%) em comparação ao sexo masculino (48,5%). (SEF 2016); a nacionalidade brasileira, por exemplo, sexo feminino representa (61,9%) no total de residentes dessa nacionalidade; entre os nacionais de Angola (54,2%), Cabo Verde (53,8%), as mulheres assumem igualmente maior importância relativa (Observatório das Migrações, 2017).

As razões de entrada em Portugal não são idênticas para todos os fluxos imigratórios. Enquanto as entradas dos nacionais do Brasil (55% em 2016), de Cabo Verde (65,9%), de São Tomé e Príncipe (83,7%) e de Angola (92,1%) razões de estudo (Observatório das Migrações, 2017). Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o grupo de imigrantes que mais se destaca no acesso e frequência das IES portuguesas (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012). Saliente-se que, no ano letivo 2015/2016, os alunos dos PALOP representavam 32,6% do total de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário, seguidos do Brasil; os principais países de origem dos alunos estrangeiros do ensino superior são, o Brasil (com 10.099 alunos, correspondendo a 26,9% do total de alunos estrangeiros do ensino superior), Angola (com

alunos, 3.697 representando 9,8% total de alunos estrangeiros do ensino superior), Cabo Verde (com 2.578 alunos, representando 6,9% total de alunos estrangeiros do ensino superior), Moçambique (779 alunos, com um total de 2,1 % do total de alunos estrangeiros do ensino superior), São Tomé e Príncipe (775 alunos, representando 2,1% do total de alunos estrangeiros do ensino superior) e Guiné-Bissau (521 alunos, com 1,4 % do total de alunos estrangeiros do ensino superior) (Observatório das Migrações, 2017).

Quanto à composição por grupos etários, a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é tendencialmente mais jovem comparativamente com a população de nacionalidade portuguesa. As nacionalidades estrangeiras com maior expressão no grupo de pessoas em idade ativa entre os 20-49 anos são a brasileira (com 71,3%), angolana (67,2%), a guineense (63,4%) e a são-tomense (62,9%); as nacionalidades com maiores percentagens da população, num intervalo de idades entre os 0-19 anos, a são-tomense (22,3%), a guineense (20,6%), a romena (17,8%) e a cabo-verdiana (17,1%), (Observatório das Migrações, 2017). A nível europeu, Portugal encontra-se no vigésimo primeiro lugar quanto à importância relativa de estrangeiros (dados de nacionalidade) no total de residentes; com apenas 3,8%, tendo nos últimos anos vindo a descer a sua posição como consequência de ter diminuído a população estrangeira residente no país. Mais ainda, Portugal diferencia-se com a maioria dos países europeus por assumir um saldo migratório negativo desde 2011 (Observatório das Migrações, 2017).

Capítulo II - Enquadramento Teórico

2.1. Aculturação e Estratégias de Aculturação

A aculturação representa uma das principais áreas de investigação na psicologia transcultural. Na visão de hoje, a aculturação é o processo de mudança cultural e psicológica que origina contacto intercultural (Berry, Phinney & Vedder, 2006). O migrante internacional ao sair do seu país de origem faz escolhas em relação aos fatores de sociabilidade (e.g., a língua, valores culturais), ou seja, tentará perceber de que forma irá inserir-se na nova sociedade. Entretanto, Berry et al. (2006) descreveram quatro estratégias de aculturação (i.e., integração, assimilação, separação, marginalização) ou seja, quatro estratégias nas quais os imigrantes vivem em relação à sua cultura de origem e à sociedade de destino, em que o modo de viver bicultural inclui diferentes maneiras de envolver-se em ambas as culturas (e.g., preferências em relação as atitudes de aculturação), identidades culturais, comportamento linguístico ou conhecimento e uso de línguas étnicas e nacionais, compromissos sociais). A integração é caracterizada pelo desejo do imigrante em estabelecer contactos com a sociedade de acolhimento e em manter a sua própria cultura de origem; a assimilação caracteriza-se pelo desejo do imigrante estabelecer contactos com a sociedade de acolhimento e pela rejeição da própria cultura de origem. A separação ocorre quando o imigrante não estabelece contactos com a sociedade de acolhimento e mantém a sua cultura de origem; por fim, a marginalização caracteriza-se como o resultado da renúncia de ambas as culturas, ou seja, a cultura de origem e o desejo de contato com a sociedade de acolhimento (Berry et al., 2006).

O estudo geracional sobre aculturação e migração de Ward (2007), realizado na Nova Zelândia, revelou que em relação às estratégias de aculturação escolhidas pelos imigrantes, a integração e a separação eram estáveis e não variavam entre as gerações. Por exemplo, 64% da primeira geração de imigrantes; 68% dos 1,5 e 57% da segunda geração de imigrantes preferiam a integração, na medida em que concordavam que os membros do seu grupo étnico deviam manter as suas próprias tradições culturais, mas também se adaptar as da Nova Zelândia. No entanto, os migrantes da segunda geração, em comparação com os imigrantes das gerações anteriores, eram mais propensos a escolher às estratégias de assimilação e marginalização, afirmando que não seria importante que os membros do seu grupo étnico mantivessem as suas próprias tradições culturais ou se adaptassem às da Nova Zelândia (Ward, 2007). Por outro lado, Yu & Wang

(2011), demonstraram que tanto a estratégia integração como a estratégia separação eram aquelas preferidas pelos estudantes chineses na Alemanha, na medida em que os homens preferiam a separação, enquanto que as mulheres escolhiam, predominantemente, a integração; contrastando a ideia de que a integração é a estratégia de aculturação, predominantemente, preferida (Berry et al., 2006).

Entretanto, os grupos de imigrantes chegam ao novo país com diferentes atitudes em relação à manutenção da sua cultura de origem e tornam-se parte da nova sociedade. Na nova sociedade, essas atitudes interagem com os níveis reais e percebidos de aceitação dos imigrantes e com as políticas oficiais em matéria de imigração. É provável que a identidade étnica seja forte quando os imigrantes têm um forte desejo de manter suas identidades e quando o pluralismo é encorajado ou aceite. No entanto, quando há pressão para a assimilação e os grupos sentem-se aceites, a identidade nacional provavelmente será forte (Phinney, Hebrew, Liebkind & Vedder, 2001). Em face da hostilidade real ou percebida em relação aos imigrantes ou em relação a grupos particulares, alguns imigrantes podem minimizar ou rejeitar sua própria identidade étnica; outros podem afirmar o orgulho em relação ao seu grupo cultural e enfatizar a solidariedade como forma de lidar com atitudes negativas (Phinney, Hebrew, Liebkind & Vedder, 2001). Entretanto, a preservação da cultura de origem e a adaptação à sociedade de acolhimento são dois aspetos dominantes da aculturação, conceitualmente distintos e podem variar independentemente (Berry & Sam, 1997).

2.1.1. Modelos de aculturação.

Em termos de diferentes modelos, fala-se em *unidimensionalidade* ou em *bidimensionalidade* dos processos psicológicos que afetam os indivíduos nas situações de biculturalismo (Bourhis, Moise, Perreault, & Senecal, 1997; Harrison, Wilson, Pine, Chan, & Buriel, 1990; Jasinskaja-Lahti, 2000; Laroche, Kim, Hui, & Tomiuk, 1998; Liebkind, 2001; Padilha, 1980; Sayegh & Lasry, 1993), como mencionado por Carvalho (2005).

Os modelos da aculturação diferem, tendo em conta a dimensão ou atitudes dos imigrantes em relação às atitudes da sociedade de acolhimento e vice-versa. LaFromboise e colaboradores (1993), identificam 5 modelos teóricos usados para descrever os processos psicológicos que os indivíduos utilizam para lidar com as situações de biculturalismo; nomeadamente, Modelos de Assimilação, Aculturação, Alternância,

Multicultural e Fusional. O modelo da assimilação sustenta a ideia de que o indivíduo bicultural acabará por viver um processo de assimilação da cultura maioritária, com aquisição de uma nova identidade e perda da identidade de origem; o modelo da aculturação é semelhante ao modelo de assimilação, porém, defende que, embora o indivíduo bicultural acabe por se tornar um membro participante e ativo da sociedade maioritária, nunca poderá deixar de identificar-se com o seu grupo de origem (LaFromboise et al., 1993).

O modelo alternativo difere dos anteriores pois defende que há uma relação de independência entre a identificação com a cultura de origem do indivíduo e a identificação com a segunda cultura em que o indivíduo vive. Defende que o indivíduo pode ter uma boa relação com ambas as culturas, sem ter de escolher entre as duas; assume que um indivíduo pode adquirir competência comportamental em duas culturas e não perder o sentimento de compromisso identitário com o seu grupo de origem. Os defensores deste modelo propõem que o indivíduo bicultural é culturalmente mais rico que o monocultural. Contudo, o modelo fusional representa a perspetiva do *Melting pot*. Não põe em causa o abandono da cultura de origem e da adoção da cultura do país de imigração, mas a criação de novas referências culturais que resultem da transformação dos anteriores. Defende que o indivíduo do grupo minoritário não será igual aos indivíduos do grupo maioritário, mas que aquele procura construir uma identidade específica, resultante do facto de conhecer as duas culturas e de se identificar com ambas (LaFromboise et al., 1993).

Todavia, tendo em atenção a importância da multiculturalidade e com os sinais da globalização, foram surgindo algumas críticas em relação aos modelos unidimensionais, que, conseqüentemente, originou o desenvolvimento de modelos bidimensionais em que o grau de identificação com a cultura de origem e a cultura de acolhimento são avaliados independentemente. Berry foi o primeiro autor a propor um modelo multidimensional de aculturação e o seu trabalho originou múltiplos trabalhos na área, sendo talvez o modelo bidimensional mais conhecido (Berry, 1984; Bourhis et al., 1997). Como referido por Carvalho (2005). De acordo com o modelo bidimensional, as identidades étnica e nacional dos imigrantes são assumidas como independentes, em contraste, no modelo unidimensional as duas identidades são negativamente correlacionadas, de modo que quando uma identidade é forte, a outra é fraca (Phinney et al., 2001). No entanto, há contextos que favorecem a possibilidade de integração e facilitam o desenvolvimento de uma identidade bicultural, enquanto outros tornam essa resolução difícil. Outros ainda podem promover a separação ao invés da integração. Quando os imigrantes não são

encorajados ou autorizados a manter a sua própria cultura enquanto se integram à nova sociedade, alguns, sentir-se-ão forçados a escolher entre as duas opções de separação e assimilação (Phinney et al., 2001).

Embora Berry (2006) tenha proposto uma definição mais consensual da aculturação, isto é, como um processo de mudanças tanto culturais como psicológicas, que ocorrem durante a experiência de imigração, resultado do contato entre membros de diferentes grupos culturais, o seu modelo foi objeto de críticas metodológicas, e refere-se ao facto de medir a identificação com a cultura de origem, o autor ter utilizado uma medida de atitude (“Considera importante manter a sua identidade e as suas características culturais?”), e ao medir a identificação com a cultura de acolhimento ter utilizado uma medida de intenção comportamental (“Considera importante manter contactos com os membros do outro grupo?”). (Sayegh & Lasry, 1993); é um modelo que combina duas dimensões: uma para a manutenção cultural e outra para o contacto (Liebkind, 2001; citada por Carvalho, 2005). Mais ainda as críticas ao modelo devem-se ao facto do modelo apresentado por Berry focar prioritariamente a perspetiva das escolhas do grupo minoritário, negligenciando, assim, as preferências do grupo maioritário, ou seja, a perspetiva da sociedade de acolhimento, fator igualmente salientado por estudos posteriores ao modelo bidimensional (França, 2015).

Assim, no modelo interacionista, há importância de se ter em consideração a interação entre as preferências de ambos os grupos (i.e., minoritário, maioritário), de forma a se observar a concordância ou não, na forma como os imigrantes desejam aculturar-se e como a sociedade de acolhimento deseja que eles se aculturem (França, 2015). Bourhis e colegas (1997), propuseram que o grupo maioritário, assim como o minoritário, também possui suas preferências de aculturação (i.e., integração, assimilação, separação, marginalização). Em contraste ao que foi proposto inicialmente nos estudos de Berry, que a estratégia de integração é a estratégia que promove melhores resultados. Bourhis e colaboradores (1997) sugeriram que a segunda dimensão fosse formulada em termos de adoção da cultura de acolhimento e não de valorização de contactos com membros do grupo maioritário (e.g., “Considera importante adotar a cultura da sociedade de acolhimento?”). Entretanto, o modelo interativo de aculturação (IAM) integra dentro de um quadro teórico comum as componentes de imigrantes e relações de comunidades de acolhimento em ambientes multiculturais, nomeadamente as (1) estratégias de aculturação adotadas por grupos de imigrantes na comunidade de acolhimento; as (2) estratégias de aculturação adotadas pela comunidade anfitriã para

grupos específicos de imigrantes; e os (3) resultados relacionais interpessoais e intergrupais que são o produto de combinações de orientações de aculturação da comunidade de imigrantes e hospedeiros (Bourhis , Moise, Perrault & Senécal, 1997). O modelo prevê as combinações de aculturação mais propensas a produzir resultados relacionais consensuais, problemáticos e conectivos entre imigrantes e membros da comunidade hospedeira. Por conseguinte, de acordo com o modelo, a concordância surge quando a comunidade de acolhimento e o grupo de imigrantes partilham o mesmo modelo de estratégia de aculturação, ou seja, há um consenso entre ambos os grupos; em contraste, a discordância entre a comunidade de acolhimento e o grupo de imigrantes ocorre, quando o índice de estratégias de aculturação obtido para as duas comunidades coincide muito, pouco ou não. Por exemplo, a discordância ocorre nas circunstâncias em que a maioria dos membros do grupo imigrante deseja integrar, enquanto a comunidade anfitriã adota uma estratégia de segregação em relação ao grupo imigrante em questão; os resultados relacionais mais consensuais são previstos quando os membros da comunidade anfitriã e os membros do grupo de imigrantes compartilham as estratégias de aculturação de integração, assimilação ou individualismo (Bourhis et al., 1997).

2.1.2 Estratégias de aculturação e tipos de adaptação.

A aculturação é um processo que ocorre ao longo do tempo (Berry, Phinney, Sam, & Vedder, 2006). Neste processo, para além de ter-se em atenção as estratégias de aculturação, é pertinente conhecer as formas de adaptação: adaptação psicológica e a adaptação sociocultural (Berry & Sam, 1997). O processo de aculturação envolve mudanças comportamentais, mudanças essas que podem ocorrer a nível psicológico, como resultado do contacto cultural com a sociedade recetora (Berry, 2001) e a nível sociocultural. Adaptação psicológica, refere-se ao bem-estar pessoal e à boa saúde mental, porém, a adaptação sociocultural refere-se à competência social dos indivíduos na gestão da sua vida quotidiana, no contexto intercultural (Berry et al., 2006). Tanto a emigração como a imigração de indivíduos com características de personalidades específicas têm implicações na sociedade de origem e na sociedade de acolhimento (Berry, 2001).

Liebkind (2001) definiu a aculturação bem-sucedida em termos de saúde mental e física, satisfação psicológica, elevada autoestima, desempenho profissional competente e boas notas na escola. Berry et al. (1997), por sua vez, propuseram que as estratégias de

aculturação adotadas pelos indivíduos eram fatores centrais que modificavam os resultados adaptativos de aculturação. Contudo, outros fatores eram assumidos como influenciadores dos resultados de adaptação, incluindo fatores moderadores antes da migração (e.g., idade, gênero, personalidade, distância cultural da sociedade de acolhimento), estratégias de enfrentamento empregadas pelo indivíduo acadêmico, experiências de preconceito e discriminação, apoio social e fatores contextuais como demografia, política de imigração e atitudes da sociedade de acolhimento. Os estudos de Berry & Sam (1997) mostraram que a integração era a estratégia mais adaptável de aculturação e a mais propícia ao bem-estar dos imigrantes, enquanto que a marginalização era a pior estratégia, em termos de bem-estar. Mais ainda, os estudos de Phinney, Hebrew, Liebkind & Vedder (2001), demonstraram que os jovens imigrantes com identidades integradas obtiveram resultados significativamente superiores aos demais grupos em medidas de ajustamento psicológico. Os adolescentes classificados com identidades marginalizadas exibiram os níveis mais baixos de adaptação psicológica. Entretanto, a pesquisa defendia a noção de que uma identidade integrada, ou seja, a combinação de fortes identidades étnicas e nacionais, promovia a adaptação psicológica mais saudável, enquanto que as baixas pontuações nessas duas identidades estavam relacionadas a uma má adaptação. O estudo de Bhurgra & Jones (2001) revelou que a preparação dos migrantes, a sua aceitação pela nova comunidade de acolhimento e o próprio processo de migração eram alguns dos macro fatores na origem dos transtornos mentais. Os micro fatores incluíam traços de personalidade, robustez psicológica, identidade cultural, apoio social e aceitação de outros em seu próprio grupo étnico.

A aculturação é o processo de mudança cultural e psicológica que ocorre como resultado do contacto entre grupos culturais e seus membros individuais (Redfield, Linton e Herskovits, 1936). Existe um papel positivo para a integração, bem como consequências relativamente benéficas de uma forte orientação para o próprio grupo etnocultural quando comparada à preferência por uma orientação para a sociedade nacional (Berry et al., 1997). A estratégia nacional está associada a uma adaptação psicológica e socioculturalmente mais fraca (Berry et al., 2006).

O estudo de Ward (2007) sobre a comparação geracional de imigrantes na Nova Zelândia, revelou que o grupo nacional (Nova Zelândia) foi o grupo que mais apresentou sintomas de angústia psicológica em relação aos seus pares migrantes; os jovens migrantes apresentaram menos problemas comportamentais que os seus pares nacionais. O estudo demonstrou ainda que relativamente às gerações de imigrantes, os jovens de

segunda geração tinham mais problemas comportamentais em relação aos jovens das gerações anteriores, mas menos problemas comportamentais que os jovens nacionais. Como exemplo, 84% da juventude de primeira geração, 69% da geração 1.5 e 56% da segunda geração de imigrantes na Nova Zelândia, relataram que nunca intimidaram outras crianças (e.g., *bullying*) em comparação com 45% de seus pares nacionais; em ambos os domínios psicológicos, todos os grupos estavam moderadamente satisfeitos com a vida e apresentavam poucos sintomas de sofrimento psicológico, ou seja, havia ajuste psicológico tanto para os imigrantes, quanto para os nativos. Contudo, em relação ao desempenho acadêmico, os imigrantes de primeira geração e de 1,5 geração relataram melhores ajustamento escolares, comparados aos pares de segunda geração, que, por sua vez, são melhores ajustados em relação aos jovens nacionais (Ward, 2007).

Segundo as abordagens de Bourhis et al. (1997), quando os membros do grupo de imigrantes favorecem a assimilação, enquanto os membros da comunidade recetora preferem que os imigrantes adotem a estratégia de integração dois resultados problemáticos comuns emergem e, inversamente, quando os membros do grupo de imigrantes preferem a integração, os membros da comunidade de acolhimento insistem que os imigrantes se assemelhem (assimilação) à sociedade de acolhimento. Estes dois tipos de resultados relacionais poderão desencadear a quebra de comunicação entre falantes das duas comunidades, promover estereótipos intergrupais negativos, suscitar atitudes discriminatórias e causar níveis moderados de stresse aculturativo, especialmente entre os membros do grupo imigrante (Bourhis et al., 1997).

2.3. Perceção da Discriminação e Perceção da Legitimidade da Discriminação

A discriminação é o tratamento negativo e desigual com base na associação grupal. A discriminação é ilegal e percebida como ilegítima, quando tem por base a inserção de pessoas ao grupo, ao invés de adesão com base no seu mérito (Jetten, Schmitt, Garza & Mewse, 2011). Entretanto, a discriminação com base grupal, é suscetível de originar consequências diferentes para as vítimas, quando é avaliada como legítima e não ilegítima. Entretanto, a discriminação é inconstante, muda ao longo do tempo (e.g., nos Estados Unidos, em 1954, a exclusão de afro-americanos nas escolas frequentadas por alunos brancos era considerada legítima, contudo, após a decisão de desagregação, tornou-se ilegítima), (Jetten et al., 2011). As pessoas são capazes de avaliar a exclusão com base na categoria de membros como legítimos, nomeadamente, a exclusão de

peessoas vítimas do vírus da imunodeficiência humana (VIH) a doar sangue; a restrição a certos empregos para pessoas sãs; a exclusão de prisioneiros ao direito de voto nas eleições nacionais; ou o estabelecimento de uma certa idade para obter a carta de condução (Jetten et al., 2011).

De acordo com Jetten et al. (2011), a discriminação generalizada suscita respostas coletivas, quando é percebida como ilegítima. A prevalência de respostas coletivas deve ser maior quando a discriminação é percebida como sutil e ilegítima em comparação com as discriminações raras e legítimas. Em contrapartida, quando a discriminação contra o grupo é avaliada como legítima, a percepção de uma discriminação tão generalizada é suscetível de reduzir o compromisso do grupo. Todavia, no que concerne às avaliações dos efeitos da discriminação percebida como legítima e ilegítima, as consequências para o compromisso grupal dependem da omnipresença da discriminação, ou seja, que haja discriminação ao mesmo tempo, em toda a parte (Jetten et al., 2011).

Há diferentes abordagens sobre a discriminação. O tratamento diferenciado é visível nos mais variados meios sociais, no entanto, grande parte dos estudos sobre discriminação evidenciam casos em que imigrantes são alvos de discriminação em função da sua origem étnica, raça, género/sexo, estatuto/trabalho, ou ainda por não falarem a língua do país de destino, ou seja, a discriminação linguística (ver Munro, 2003). Por exemplo, Goto et al. (2002), no seu estudo demonstraram que os chineses americanos eram vítimas de discriminação racial, étnica, e vítimas de discriminação com base na expressão linguística e/ou sotaque. Entretanto, a discriminação racial em relação à discriminação linguística foi percebida com maior frequência. O contacto com pessoas do exogrupo racial ou étnico era associado a percepções de discriminação (Goto et al., 2002). O estudo de Ward (2007), revelou que, na sua maior parte, os grupos de imigrantes, comparativamente ao grupo nacional, relataram mais discriminação com base em conhecimentos étnicos ou culturais. Relativamente à possibilidade de contacto, segundo Goto et al. (2002), o contacto tem alguma associação com a discriminação percebida devido à linguagem. Como exemplo, os chineses americanos que viviam em bairros com poucos chineses americanos tinham mais probabilidades de sofrer discriminação devido à língua ou idioma (Goto et al., 2002). A discriminação generalizada prejudica o compromisso do grupo quando é legítima (Jetten et al., 2011).

Jasinskaja-Lahti, Liebkind, Jaakkola & Reuter (2006) revelaram que as mulheres, os imigrantes mais velhos e aqueles com habilidades mais precárias na língua finlandesa tinham experienciado menos discriminação. Porém, apresentaram baixos níveis de bem-

estar em relação aos homens, aos imigrantes mais jovens e as pessoas com melhor proficiência linguística no finlandês. Os autores também demonstraram que os imigrantes casados tiveram menos experiências de racismo/crimes racistas e menos sintomas de stresse psicológico no seu dia a dia, embora apresentassem um estado de saúde geral mais pobre que os imigrantes solteiros ou divorciados. Por outro lado, os imigrantes com níveis superiores de escolarização, no seu dia-a-dia, tiveram menos experiências de racismo e crimes racistas que os imigrantes com níveis inferiores de escolarização (Jasinskaja-Lahti et al., 2006).

No que concerne à discriminação dos imigrantes em Portugal, de acordo com o Observatório das Migrações (2017), em 2016 a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) recebeu 119 queixas de discriminação de base racial e étnica, refletindo um aumento de 42% face ao ano de 2015. As 119 queixas referiam-se a diferentes situações discriminatórias, nomeadamente laboral (laboral (16%), forças de segurança (9%), saúde, transportes, media (cerca de 35%), internet (6%), vizinhança, educação, estabelecimentos comerciais (7%), habitação, juntas de freguesia/câmaras municipais (Observatório das Migrações, 2017).

2.4. Discriminação com base na Expressão Linguística (sotaque)

Usa-se o termo *discriminação do sotaque* quando se refere a qualquer caso em que os padrões de fala acústica, ou seja, a pronúncia contribua para um tratamento discriminatório (Munro, 2003). Indivíduos com sotaque (estrangeiro) podem ser percebidos negativamente por causa dos estereótipos ou preconceitos que o sotaque pode evocar ao ouvinte (Munro, Derwing & Sato, 2006).

O estudo de Lee & Rice (2007) revelou que os estudantes oriundos da Ásia, Índia, América Latina e Médio Oriente relataram uma discriminação considerável. Como exemplo, um estudante brasileiro afirmou que “um professor não gostou de mim porque meu inglês era ruim” (p.17); uma outra estudante chinesa também revelou que “... se eu fizer perguntas, o professor dirá: Não entendo, e isso me deixa muito envergonhada” (Lee & Rice, 2007, p. 17). Porém, os estudantes oriundos da Europa, Canadá e Nova Zelândia não relataram experiência negativa relacionada com o seu grupo racial ou cultural (Lee & Rice, 2007). Muitos imigrantes estão cientes de que as pessoas são julgadas com base na expressão linguística, ou seja, pelo sotaque (Kim et al., 2011). Sendo a discriminação

com base na expressão oral (sotaque) o tópico central do estudo, é pertinente esclarecer o conceito sotaque e as suas diferentes formas de manifestação.

Markley (2000), no seu estudo sobre sotaque regional afirmou que:

“Os sotaques regionais são parte de como um falante soa. É uma das pistas que usamos para conhecer algo sobre o falante. O sotaque, tal como a etnia, a raça, a idade, o vestir, os maneirismos e a forma como o falante usa a linguagem, podem dar-nos uma ótima visão do passado de uma pessoa. “(p. 99). Todos nós falamos de forma diferente, mesmo pessoas que residem no mesmo país, expressam-se de maneira diferente, portanto, é importante que se tenha a ideia de que “a diferença na maneira como conversamos, não nos diz nada sobre o falante a não ser de onde é.” (Markley, 2000, p. 100). O sotaque, assume um poder e significado especiais, quando permite inferências sobre grupos raciais (Lippi-Green, 2012).

A discriminação do sotaque integra diversas tipologias, tendo em conta o caso ou contexto. Por exemplo, há casos de pessoas que por falarem com sotaque não lhes é permitido exercer determinado cargo, sendo-lhes impossibilitado a efetividade/concretização de um contrato laboral, ou seja, há casos em que o sotaque é um aspeto de proficiência linguística considerado nas decisões de contratação (Munro, 2003); há ainda casos de pessoas que têm dificuldades em arrendar casas por causa do seu sotaque, visto que alguns dos proprietários estereotipam os eventuais clientes e, quando o cliente telefona ou remarca visita à casa, o proprietário diz que já não se encontra disponível (Cerrato, 2017). É evidente que ainda existe uma discriminação flagrante no emprego, na contratação de habitação, na educação, nos media, tribunais e na interação quotidiana. Embora tenha sido aprovada a legislação de Direitos Cívicos e gostaríamos de pensar que seria uma forma esclarecedora sobre as questões sociais, a discriminação persiste (Lippi-Green, 2012).

Na sequência de leis contra a discriminação cada vez mais rígidas, a linguagem e o sotaque tornaram-se uma justificação para afastar-se publicamente e recusar-se a reconhecer o outro ou reconhecer seus direitos (Lippi-Green, 2012). Devemos orgulhar-nos e falar dos nossos sotaques sem medo dos julgamentos que se baseiam naquela única pista sobre quem somos (Markley, 2000). Um ouvinte com nível baixo de segurança linguística, não gostaria de falantes que tivessem sotaques semelhantes do seu. De modo que, quando um ouvinte gosta do seu próprio discurso, é provável que também goste de outros discursos, que soem de maneira semelhante ao seu. Porém, quando um ouvinte não

gosta de seu próprio discurso, provavelmente não gostará do discurso de outros que pareçam com o seu (Markley, 2000).

O falante de um segundo idioma, por vezes, tem dificuldades em fazer-se perceber, devido ao problema de pronúncia (Munro et al., 2006). Um sotaque em si não é necessariamente um obstáculo ao sucesso comunicativo. Porém, surgem manifestações sobre o ponto de vista negativo do sotaque, traduzindo-se em programas de redução do sotaque, isto é, afirmando-se que a redução ou supressão de um sotaque é para o próprio bem e não porque impede a comunicação (Munro et al., 2006). Embora haja especialistas em fonologia e fonética, capazes de ensinar e ajudar as pessoas a reduzir e aperfeiçoar o sotaque, sobretudo, quando se aprende a segunda língua (Lippi-Green, 2012), por mais que se queira evitar ou ocultar o sotaque, “não é possível que um adulto substitua sua fonologia nativa por outra, de forma consistente e permanente, por isso, é impossível perder um sotaque e substituí-lo por outro. “(Lippi-Green, 2012, p.70).

É verdade que, por vezes, o sotaque dificulta a comunicação, sobretudo nas situações em que os falantes não são nativos de determinada língua e/ou encontram-se na fase de aprendizagem de determinado idioma, (Lippi-Green, 2012). Quando nos comunicamos, pela primeira vez, com alguém, uma das coisas que mais realça é a língua e o seu sotaque (Lippi-Green, 2012), sobretudo quando as pessoas não estão familiarizadas a ouvir determinados vocabulários, que ao proferir por um indivíduo com sotaque diferente do ouvinte, soa estranho.

Andrade, Santana e Ribeiro (2012) assumiram que em todos os lugares a língua é falada de maneira distinta, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico, a ortografia oficial é necessária, mas não se pode ensiná-la tentando criar uma língua falada artificial e reprovando como erradas as pronúncias resultantes das forças internas que governam os idiomas. Segundo Kim et al. (2011), o local de nascimento de um indivíduo tem alguma influência significativa na sua proficiência e no seu sotaque. A língua e o sotaque constituem um símbolo identitário de cada povo (Andrade et al., 2012.).

A título de exemplo, os países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), apesar da língua portuguesa ser comumente falada pelos respetivos países, em termos de expressão oral, os países diferem, ou seja, cada país tem diferente pronúncia, sotaque. Portanto, não é coerente dizer que brasileiro não sabe português, que só em Portugal se fala bem o português. Marcos Bagno (2004), como referido por Andrade et al. (2012, p.3). Ainda segundo Andrade et al. (2012), nenhuma das duas

línguas é mais certa ou mais errada, mais bonita ou mais feia; são apenas diferentes uma da outra e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que as usam, necessidades essas também diferentes. É importante que haja alguma consciencialização de que todo falante nativo de uma língua é um usuário competente dessa língua (Andrade et al., 2012).

No que concerne aos estudos sobre discriminação do sotaque relacionados ao local de nascimento, os resultados do estudo de Kim et al. (2011) indicaram que os adolescentes nascidos nos EUA, apresentavam melhor proficiência em inglês e um nível muito fraco de sotaque. Quanto ao gênero, as raparigas nascidas no estrangeiro, auto relataram menor proficiência em inglês, um sotaque mais forte ao falar inglês, ou seja, para as raparigas ser originária de um país estrangeiro está significativamente relacionado a menor proficiência em inglês e ao sotaque mais forte; os rapazes, de igual modo, auto relataram pobre proficiência em inglês e um sotaque mais forte ao falar inglês. Tal como as raparigas, os rapazes que nasceram em países estrangeiros apresentaram significativamente uma menor proficiência em inglês e um sotaque mais forte (Kim et al., 2011).

2.3.1. A manifestação da discriminação do sotaque nos meios de comunicação/arte.

Num sentido mais técnico, o sotaque é usado para distinguir o stresse na palavra; o sotaque refere-se a uma maneira específica de falar. Ao viajar para uma outra cidade, diferente da habitual, o sotaque será visto como as diferenças entre seu discurso e o discurso típico da cidade (Lippi-Green, 2012). No teatro, por exemplo, atores de palco utilizavam o sotaque de determinado idioma para criar personagens, com base em noções bem estabelecidas e preconcebidas associadas às lealdades regionais específicas, alianças étnicas ou raciais ou *status* económico (Lippi-Green, 2012). Todavia, alguns atores não tiveram fama por nunca tentarem representar ou imitar um sotaque diferente do seu, (Lippi-Green, 2012).

Quanto à propagação do sotaque, os meios de comunicação são uns dos principais atores responsáveis pela divulgação de diversos sotaques; a *Disney*, por exemplo é uma companhia multinacional, responsável pela realização e divulgação de filmes com diversidade cultural (Lippi-Green, 2012). Contudo, a *Disney*, por vezes, transmite imagens discriminatórias referentes a determinados sotaques, e grupos étnicos, em que na maior parte das vezes, os papéis, as fonéticas que remetem a características mais pejorativas, de

baixo pendor social; sotaques hilariantes são representados por afro-americanos e pessoas de “cor” em geral (e.g., os asiáticos nefastos, correspondem a desenhos animados como, a Dama e o Vagabundo, Mulan, os Aristogatos); os jovens afro-americanos despreocupados, preguiçosos, desrespeitosos, cómicos (o Rei leão, a Princesa e o Sapo, a Pequena Sereia, Viva o Rei Juliano) e os nativos americanos selvagens, são representados pelo Peter Pan e pela Pocahontas, (Lippi-Green, 2012).

“Todo o idioma muda ao longo do tempo, em todos os subsistemas linguísticos: Sons (fonética, fonologia); isso é tão verdadeiro na Ásia quanto no continente norte-americano, como é para todas as línguas do mundo. Às vezes, as línguas morrem, uma morte menos súbita, por exemplo, quando a comunidade dos falantes que as utilizam se dispersam, sucumbem à praga ou, de outra forma, são assimilados à força em culturas dominantes (como no caso da maioria das línguas indígenas do continente americano). As línguas nascem através dos processos de pidginização e posterior criatividade.” (Lippi-Green, 2012, pp. 27-28).

2.5. Objetivos do presente estudo

O presente estudo tem como objetivo verificar se a percepção do sotaque influencia as estratégias de aculturação, nomeadamente integração, assimilação, separação e marginalização (Berry et al., 2006), em estrangeiros oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil; o segundo objetivo consiste em verificar se a percepção da legitimidade da discriminação modera a relação entre a percepção de sotaque e as estratégias de aculturação.

2.6. Hipóteses

H1: Espera-se que a relação entre a percepção do sotaque e as estratégias de aculturação seja moderada pela percepção da legitimidade da discriminação.

H1.1: Espera-se que quando os participantes percebem a discriminação face ao sotaque como ilegítima, níveis superiores de sotaque percebido estejam associados a níveis superiores de separação (H1.1a) e marginalização (H1.1b), e a níveis inferiores de integração (H1.1c) e assimilação (H1.1d).

H1.2: Espera-se que quando os participantes percebem a discriminação face ao sotaque como legítima, níveis superiores de sotaque percebido estejam associados a níveis superiores de integração (H1.2a) e assimilação (H1.2b) e a níveis inferiores de separação (H1.2c) e de marginalização (H1.2d).

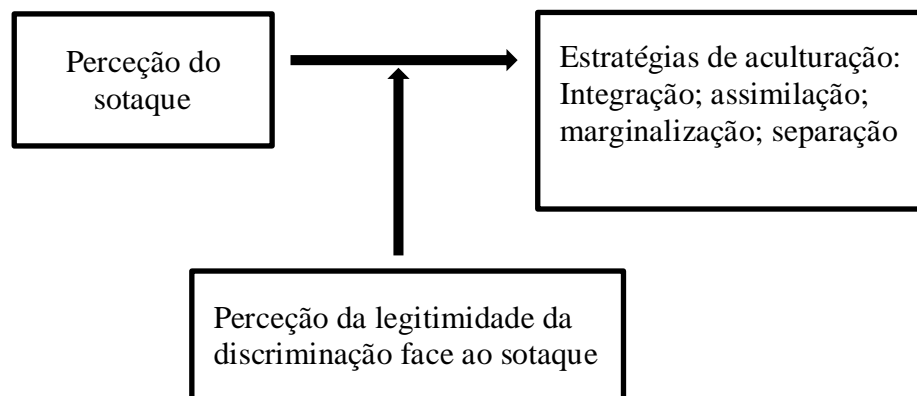


Figura. 2.6 - Modelo teórico

Capítulo III - Método

3.1. Amostra

Neste estudo participaram voluntariamente 103 indivíduos, todavia, um número de participantes não finalizou o inquérito, resultando em uma amostra final de 82 participantes. Destes, 31 do sexo masculino e 51 do sexo feminino. Os participantes tinham idades compreendidas entre os 18 e 49 anos de idade, sendo que a média das idades se situa nos 27 anos ($M = 27,19$; $DP = 5,87$). Relativamente às habilitações académicas, 69,5% dos participantes possui licenciatura, 14,6% possui o mestrado, 14,6% tem o 12º ano e 1,2% dos participantes possui outras habilitações académicas. Quanto a naturalidade/nacionalidade, 45,1% dos participantes é de nacionalidade angolana, 11,0% é de nacionalidade brasileira, 13,4% é nacional de Cabo Verde, 17,1% é nacional da Guiné-Bissau, 5% é nacional de Moçambique e 7,3% é nacional de São Tomé e Príncipe.

3.2. Procedimento

Os dados foram recolhidos entre fevereiro e março de 2018. Os participantes foram recrutados através das redes sociais (e.g., Facebook, WhatsApp, Instagram), correio eletrónico (e.g., Hotmail). Ou seja, partilhou-se o link do inquérito de modo a abranger um número de participantes elegíveis; imprimiu-se parte do inquérito e distribuiu-se em Universidades (e.g., ISCTE-IUL, Universidade Lusíada de Lisboa), recorreu-se a contactos pessoais, de amigos e familiares, de colegas e conhecidos. Aquando do preenchimento do inquérito, explicou-se o objetivo do estudo “Discriminação em relação ao Sotaque” de forma a cumprir e respeitar as regras do código deontológico, os participantes colaboraram de forma voluntária, também foi informado que poderiam parar a sua participação ao estudo, caso desejassem, e que os resultados se destinavam para esta investigação.

3.3. Instrumentos

Perceção do sotaque. Para medir a perceção do sotaque utilizou-se os itens da escala “*accent*” de Kim et al. (2011). Cada participante tinha de autoavaliar-se; os participantes responderam à seguinte questão (e.g., “Em que medida considera que, quando se expressa em português o seu sotaque é diferente do sotaque dos portugueses,

que vivem em Portugal”), com uma escala Likert de resposta entre 1 (*nada diferente*) e 7 (*muito diferente*). Mais ainda, tendo em conta o contexto, os participantes responderam à seguinte questão (e.g., “Em que medida considera que fala a língua portuguesa com um sotaque diferente dos portugueses que vivem em Portugal? Na faculdade; no local de trabalho; nos locais públicos”), são exemplos dos três itens que compõem a escala; com uma escala de resposta entre 1 (*nada diferente*) e 7 (*muito diferente*). Uma pontuação mais alta indica um sotaque percebido mais acentuado. A análise ao alfa de Cronbach indica um bom índice de consistência interna desta escala ($\alpha = .89$).

Perceção de legitimidade da Discriminação face ao sotaque. Para medir a perceção da legitimidade da discriminação face ao sotaque, adaptou-se a escala “perceção da discriminação” de Paixão (2013) ao estudo; com uma escala Likert de resposta entre 1 (*discordo totalmente*) e 7 (*concordo totalmente*), composta por 5 itens. “É razoável que em alguns aspetos sejam preferidas pessoas portuguesas em vez de nacionais do meu país por falarem com um sotaque diferente.” É um dos itens que compõe a escala. A análise ao alfa de Cronbach indica um bom índice de consistência interna desta escala ($\alpha = .82$).

Estratégias de aculturação. Para medir as quatro dimensões das estratégias de aculturação, adaptou-se a escala utilizada nos estudos de Ward (2007) a escala que mede as quatro dimensões das estratégias de aculturação, desenvolvida pelo *International Comparative Study of Ethnocultural Youth* (ICSEY), constituída por 20 itens, com uma escala Likert de 7 pontos de resposta entre 1 (*discordo totalmente*) e 7 (*concordo totalmente*), para cada uma das estratégias, valores mais elevados indicam um maior grau de favorabilidade face a essa estratégia. Integração: Exemplo de um dos quatro itens que compõem a escala: “Sinto que os nacionais do meu país devem manter as suas tradições culturais, mas que também se devem adaptar às tradições culturais portuguesas. “A análise ao alfa de Cronbach indica um índice de consistência interna pobre ($\alpha = .45$). Assimilação: Exemplo de um dos quatro itens que compõem a escala: “Sinto que os nacionais do meu país que se encontram a viver em Portugal se devem adaptar às tradições culturais portuguesas e não devem manter as suas tradições culturais de origem. “A análise ao alfa de Cronbach indica um pobre índice de consistência interna desta escala ($\alpha = .49$). Separação: Exemplo de um dos quatro itens que compõem a escala: “Preferia casar com um nacional do meu país do que com um português. “A análise ao alfa de Cronbach indica um índice de consistência interna pobre ($\alpha = .50$). Marginalização: É composta por quatro itens. Exemplo de um dos quatro itens que compõem a escala: “Sinto que não é importante que os nacionais do meu país mantenham as suas tradições culturais

ou que se adaptem às tradições culturais portuguesas. “São alguns dos itens que compõem a escala. A análise ao alfa de Cronbach indica um mau índice de consistência interna questionável ($\alpha = .64$).

Questões sociodemográficas. Para a obtenção de informações sociodemográficas dos participantes, fez-se questões relativas à idade, sexo, nacionalidade, naturalidade, país de nascimento, habilitações literárias.

Capítulo IV- Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados das análises descritivas; os resultados das correlações entre as variáveis em estudo e os resultados do teste do modelo. Os resultados foram analisados através do programa de análise estatística para as ciências sociais, SPSS 23.

4.1. Estatísticas Descritivas

4.1.1. Perceção do Sotaque

Analisou-se a variável perceção do sotaque tendo em conta o contexto (e.g., na faculdade, no local de trabalho, nos locais públicos). Entretanto, verificou-se que os participantes percebem que falam com mais sotaque diferente dos portugueses, quando estão nos locais públicos ($M = 3,70$; $DP = 2,10$), na faculdade ($M = 3,40$; $DP = 1,95$), no local de trabalho ($M = 3,09$; $DP = 1,93$). Entretanto, em termos gerais, a perceção do sotaque teve uma média ($M = 3,39$; $DP = 1,80$), ou seja, os participantes não perceberam que falavam com um sotaque muito diferente dos nacionais portugueses, isto é, perceberam que falavam com sotaque moderado.

4.1.2. Perceção de Legitimidade da Discriminação do Sotaque

Após a análise, verificou-se que em relação a perceção da legitimidade da discriminação do sotaque, obteve-se uma média de ($M = 2,49$; $DP = 1,45$), isto é, os participantes não consideraram legítimo que fossem tratados de modo diferente dos nacionais portugueses, por falarem com sotaque diferente.

4.1.3. Estratégias de Aculturação.

Em termos gerais, tendo em conta as respostas dos participantes em relação as estratégias de aculturação, revelou-se que a estratégia integração teve uma média de ($M = 5,87$; $DP = 1,09$) verificando-se que os participantes preferiam manter as suas tradições culturais, mas também se adaptar as tradições culturais portuguesas, e mantêm contactos com amigos portugueses e amigos do seu grupo étnico; a separação uma média ($M = 2,22$; $DP = 1,04$), ou seja, os participantes revelaram que, por exemplo, preferiam casar com um nacional do seu país de origem, do que com um nacional português; a assimilação, uma média ($M = 1,64$; $DP = 0,75$), demonstrando que os participantes por exemplo, preferiam casar com nacionais portugueses, do que com um nacional do seu grupo étnico; a marginalização apresentou uma média ($M = 1,54$; $DP = 0,77$), ou seja, alguns

participantes revelaram que não gostariam de casar com um nacional português, nem com um nacional do seu grupo étnico. Por outras palavras, a integração foi o perfil de aculturação mais preferido dos participantes, enquanto que a estratégia de aculturação menos escolhida ou preferida foi a marginalização (Figura. 4.1).

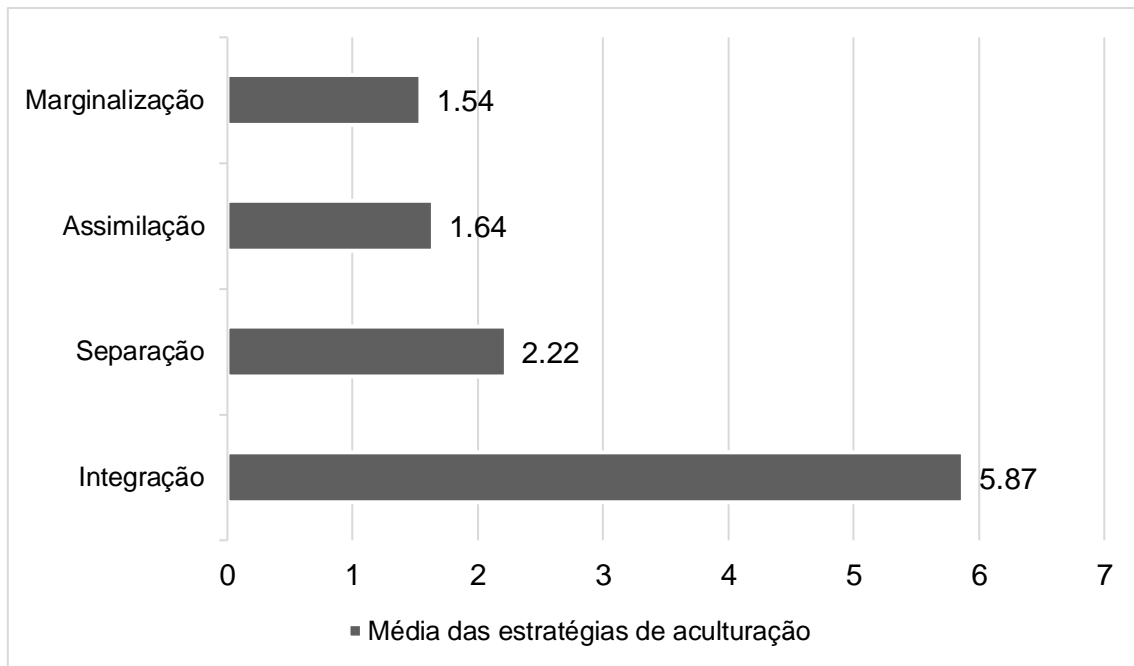


Figura.4.1 Média das estratégias de aculturação

4.2. Correlações entre as variáveis

Para verificar a relação entre as variáveis em estudo, realizou-se uma correlação entre as três variáveis do estudo (Tabela 4.2).

	Percepção do Sotaque	Percepção de Legitimidade da Discriminação do Sotaque	Assimilação	Integração	Separação	Marginalização
Percepção do sotaque	-	,036	-,124	,195	-,059	-,069
Percepção de Legitimidade da Discriminação do sotaque	,036	-	,337**	-,188	,129	,273*
Assimilação	-,124	,337**	-	-,216	,393**	,375**
Integração	,195	-,188	-,216	-	-,392**	-,201
Separação	-,059	,129	,393**	-,392**	-	,258*
Marginalização	-,069	,273*	,375**	-,201	,258*	-

Tabela 4.2 Correlação entre as variáveis do estudo

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$

Os resultados da correlação entre a percepção de legitimidade da discriminação face ao sotaque e a estratégia de assimilação é positiva e significativa ($r = .337$, $p = .01$) indicando que quanto mais elevada é a percepção legitimidade de discriminação face ao sotaque mais favorável é a atitude dos participantes face à assimilação; a correlação entre a estratégia marginalização e a percepção de legitimidade da discriminação face ao sotaque é positiva e significativa ($r = .273$) indicando que quanto mais elevada é a percepção de discriminação face ao sotaque, mais favorável é a atitude dos participantes face à

marginalização. Todavia, não se verifica correlações significativas entre a percepção do sotaque e as outras variáveis (e.g., percepção da legitimidade de discriminação face ao sotaque e as estratégias de aculturação).

4.2. Teste do modelo

De modo a testar o modelo proposto, foram realizadas quatro regressões lineares seguindo o procedimento proposto por Aiken e West (1991) para o teste dos efeitos simples e de interação entre variáveis contínuas. Deste modo, as variáveis predictoras do modelo foram estandardizadas e os termos de interação foram criados a partir da sua multiplicação. A interpretação dos efeitos de interação foi realizada com recurso à folha de cálculo Excel disponibilizada por Dawson (2018).

Integração. A análise dos resultados do teste do modelo de regressão permite verificar que o modelo é estatisticamente significativo $F(3,78) = 3.38, p < .05$ e explica 8% da variância total. A análise dos preditores revela uma associação marginalmente negativa entre a perceção da legitimidade da discriminação e a estratégia integração ($b = -.22, SE = .12, t(78) = -1.84, p < .05, \text{Eta}^2 = 0.04$). Este efeito é qualificado por um efeito de interação entre a perceção de sotaque e a perceção de legitimidade da discriminação ($b = -.22, SE = .12, t(78) = -1.84, p < .05, \text{Eta}^2 = 0,04$). Para interpretar o efeito de interação foi realizada uma análise dos efeitos simples. Os resultados obtidos mostram existir uma relação entre as duas variáveis apenas para os participantes que percecionam níveis mais elevados de legitimidade da discriminação. Para estes participantes, níveis superiores de sotaque percebido estão relacionados a níveis superiores de integração ($b = 0,19, t(78) = 1,86, p < .05$). O resultado confirma as Hipóteses 1.1c e 1.2a.

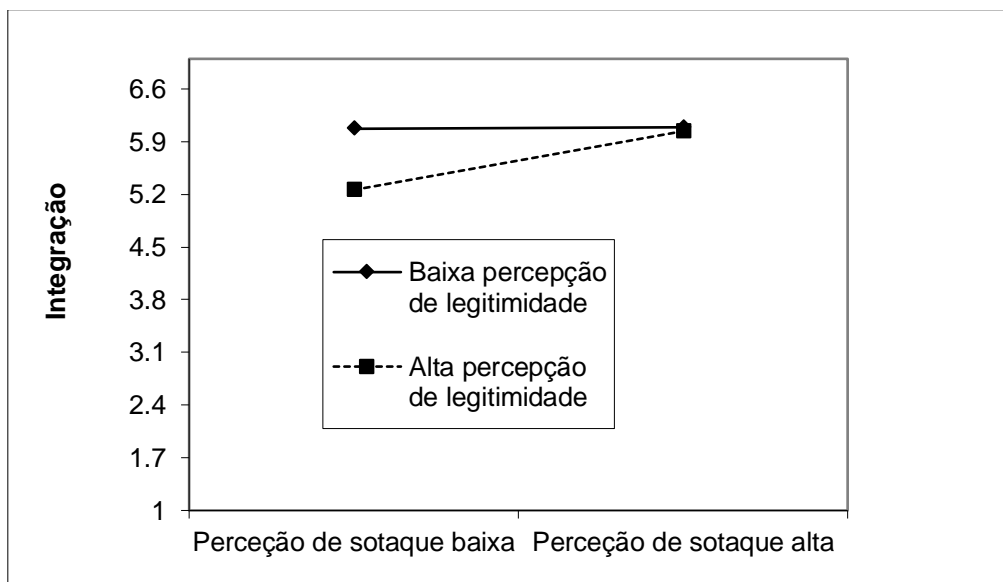


Figura. 4.3.1 Efeito interação da integração

Assimilação. A análise dos resultados do teste do modelo de regressão permite verificar que o modelo é estatisticamente significativo ($F(3,78) = 6.40, p < .001$) e explica 17% da variância total. A análise dos preditores revela uma associação marginalmente positiva entre a percepção de legitimidade da discriminação e a estratégia de assimilação ($b = .26, SE = .08, t(78) = 3.39, p < .001, \text{Eta}^2 = 0.12$). Este efeito é qualificado por um efeito de interação entre a percepção de sotaque e a percepção de legitimidade da discriminação ($b = .26, SE = .08, t(78) = 3.39, p < .001, \text{Eta}^2 = 0.12$). Para interpretar o efeito de interação foi realizada uma análise dos efeitos simples. Os resultados obtidos mostram existir uma relação entre as duas variáveis apenas para os participantes que percebem níveis mais elevados de legitimidade da discriminação. Para estes, níveis superiores de sotaque percebido estão associados a níveis inferiores de assimilação ($b = -0.25, t(78) = -2.51, p < .05$). O resultado confirma a hipótese 1.1d; mas não confirma a hipótese 1.2b;

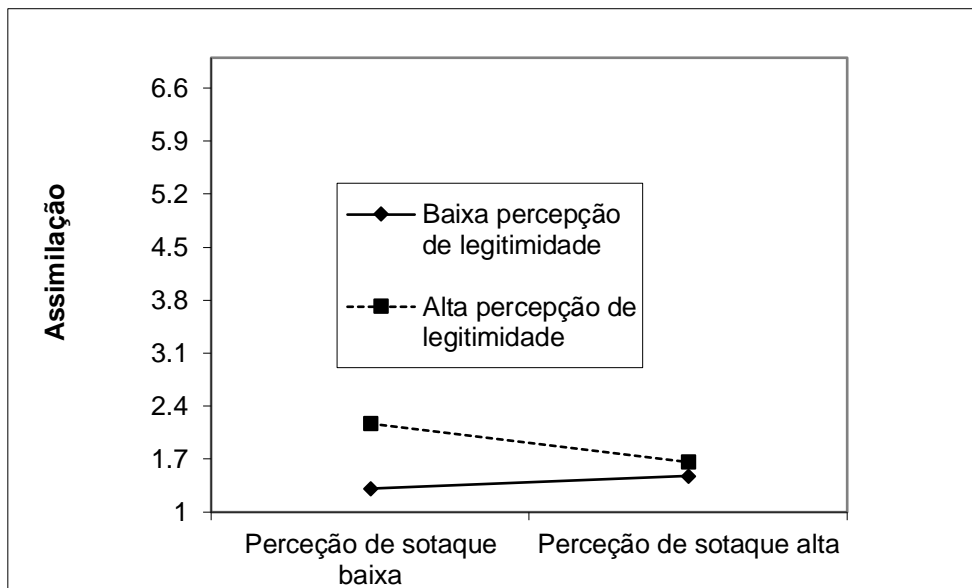


Figura. 4.3.2 Efeito interação da assimilação

Separação. A análise dos resultados do teste do modelo de regressão permite verificar que o modelo é estatisticamente significativo ($F(3,78) = 4.01, p < .05$) e explica 10% da variância total. A análise dos preditores revela uma associação marginalmente positiva entre a percepção da legitimidade da discriminação e separação ($b = .14, SE = .11, t(78) = 1.26, p < .05, \text{Eta}^2 = .02$). Para interpretar o efeito de interação foi realizada uma análise dos efeitos simples. Este efeito é qualificado por um efeito de interação entre a percepção de sotaque e a percepção de legitimidade da discriminação ($b = .14, SE = .11, t(78) = 1.26, p < .05, \text{Eta}^2 = .02$). Os resultados obtidos mostram existir uma relação entre

as duas variáveis tanto para os participantes que percebem níveis mais elevados de legitimidade de discriminação como para os participantes que percebem níveis baixos de legitimidade de discriminação. Para os participantes com alta percepção de legitimidade, níveis superiores de sotaque percebido estão associados a níveis inferiores de separação; enquanto que para os participantes com baixa percepção de legitimidade, níveis inferiores de percepção do sotaque está associado a nível superior de separação ($b = -0,34, t(78) = -3,18, p < .05$). O resultado confirma as hipóteses (1.1a e 1.2c).

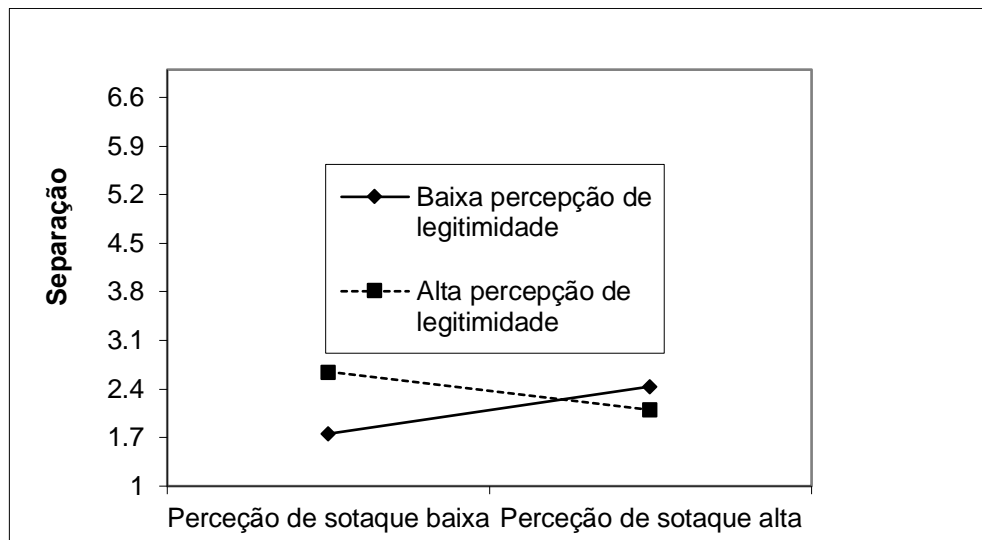


Figura. 4.3.3 Efeito interação da separação

Marginalização. A análise dos resultados do teste do modelo de regressão permite verificar que o modelo é estatisticamente significativo ($F(3,78) = 4,39, p < .05$) e explica 11% da variância total. A análise dos preditores revela uma associação marginalmente positiva entre a percepção da legitimidade da discriminação e a marginalização ($b = .22, SE = .08, t(78) = 2.64, p < .05, \eta^2 = .08$). Este efeito é qualificado por um efeito de interação entre a percepção de sotaque e a percepção de legitimidade da discriminação ($b = .22, SE = .08, t(78) = 2.64, p < .05, \eta^2 = .08$). Para interpretar o efeito de interação foi realizada uma análise dos efeitos simples. Os resultados obtidos mostram existir uma relação entre as duas variáveis apenas para os participantes que percebem níveis mais elevados de legitimidade da discriminação. Para estes participantes, níveis superiores de sotaque percebido está relacionado a níveis inferiores de marginalização ($b = -0,25, t(78) = -2,40, p < .05$). O resultado confirma as hipóteses (1.1b e 1.2d).

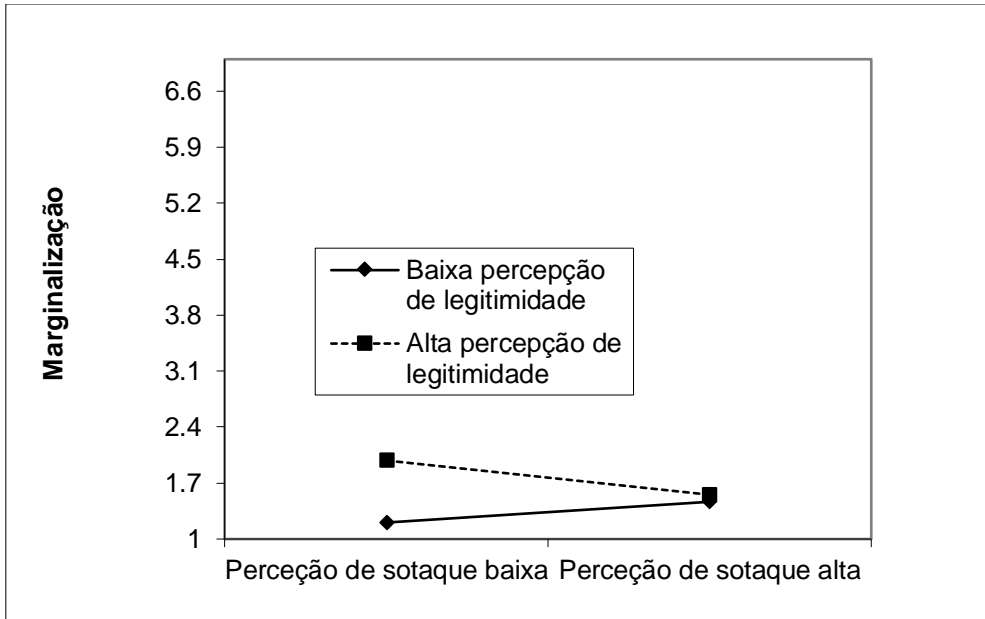


Figura. 4.3.4 Efeito interação da marginalização

Capítulo V - Discussão

O presente estudo tem como objetivo, perceber se a percepção do sotaque influencia as estratégias de aculturação, nomeadamente integração, assimilação, separação e marginalização (Berry et al., 2006), preferidas pelos estrangeiros oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil; o segundo objetivo do estudo consiste em verificar se a percepção da legitimidade da discriminação modera a relação entre a percepção de sotaque e as estratégias de aculturação. Tendo em conta a hipótese geral do estudo (e.g., analisar a relação entre a percepção de sotaque e as estratégias de aculturação em função da percepção de legitimidade da discriminação), os resultados do teste do modelo confirmam as hipóteses do estudo, na medida em que esperava-se que quando os participantes percebessem a discriminação face ao sotaque como ilegítima, níveis superiores de sotaque percebido estariam associados a níveis superiores de separação (H1.1a) e marginalização (H1.1b), e a níveis inferiores de integração (H1.1c) e assimilação (H1.1d); e quando os participantes percecionassem a discriminação face ao sotaque como legítima, a percepção de maior sotaque estaria associado a níveis superiores de integração (H1.2a), a níveis inferiores de separação (H1.2c) e níveis inferiores de marginalização (H1.2d).

Contudo, à exceção das hipóteses anteriores, os resultados não confirmam a hipótese (1.2b), pois, para os participantes que percecionassem a discriminação do sotaque como legítima, esperava-se que níveis elevados de percepção de sotaque estivessem associados a níveis superiores de assimilação. Assim sendo, tendo em conta os objetivos e causas para imigração dos participantes (PALOP e brasileiros) à Portugal, ou seja, a formação académica/profissional, grande parte pretende regressar ao seu país de origem para trabalhar, após a formação académica, e entendem que seja fundamental salvaguardar os traços identitários do país de origem, uma vez que, grande parte estudantes/imigrantes mantém contactos com os seus amigos e familiares, que vivem fora ou dentro de Portugal e, embora percebam e reconheçam que falam com um sotaque diferente dos portugueses, é natural que não se sintam forçados a abdicar dos seus hábitos e costumes de origem.

A literatura demonstra que em face da hostilidade real ou percebida em relação aos imigrantes ou em relação a grupos particulares, alguns imigrantes podem minimizar ou rejeitar sua própria identidade étnica; outros podem afirmar o orgulho em relação ao seu grupo cultural e enfatizar a solidariedade como forma de lidar com atitudes negativas

(Phinney, Hebrew, Liebkind & Vedder, 2001). Nos casos em que os indivíduos acreditem que haja uma política integrativa, mais adaptável as suas necessidades, uma vez que a manutenção da cultura de origem e a necessidade de contacto com a sociedade de acolhimento, poderá originar melhores resultados em termos de adaptação sociocultural (Berry et al. 1997). Quando os imigrantes não são encorajados ou autorizados a manter a sua própria cultura enquanto se integram à nova sociedade, alguns, sentir-se-ão forçados a escolher entre as duas opções de separação e assimilação (Phinney et al., 2001). O contacto com pessoas do exogrupo étnico associa-se às percepções de discriminação, o contacto tem alguma associação com a discriminação percebida devido à linguagem (Goto et al., 2002). A discriminação com base grupal é suscetível de originar consequências diferentes para as vítimas, quando é avaliada como legítima e não ilegítima (Jetten, Schmitt, Garza & Mewse, 2011).

De forma geral os resultados revelam que há um efeito moderador da percepção de legitimidade da discriminação na relação entre a percepção de sotaque e as estratégias de aculturação; os resultados do teste do modelo, revelam que a percepção da legitimidade da discriminação do sotaque influencia as escolhas das estratégias de aculturação dos participantes que percebem que se expressam com sotaque (Goto et al, 2002). Acredita-se que as diferenças no uso de estratégias podem ser baseadas em diferenças nas características existentes antes da aculturação; proximidade entre culturas, pluralidade cultural na cultura de origem, nível de escolaridade, percepção da cultura de origem ou sua identidade cultural, língua, idade e género (Yu & Wang, 2011). Em termos de preferência das estratégias de aculturação, os resultados mostram que a integração é a estratégia de aculturação predominantemente escolhida pelos estrangeiros dos Países de Língua Portuguesa (e.g., Brasil e os PALOP) que vivem em Portugal, enquanto que a separação, assimilação e a marginalização são as estratégias de aculturação menos escolhidas por esse grupo, o que é consistente com outros estudos (Berry et al., 2006).

O estudo apresenta algumas limitações. Por exemplo, a extensidade do questionário, embora se tenha reduzido algumas questões, os participantes referiram que o questionário era longo; em termos de percepção das perguntas, teve-se que esclarecer e interpretar as perguntas a alguns participantes; não foi possível controlar todas as condições de aplicação dos questionários, pois não foi possível estar presente em todas as vezes que os participantes respondiam as questões, houve participantes que optaram em levar uma parte dos questionários para amigos e conhecidos preencherem em casa ou quando tivessem mais disponibilidade; infelizmente, uns levaram inquéritos (dois), e não

os devolveram; em termos de amostra, esperava-se que houvesse mais participantes, tivemos uma amostra aquém do esperado.

Mais ainda, uma das possíveis limitações deve-se ao instrumento usado para medir as estratégias de aculturação, visto que os valores dos alfas de Cronbach das estratégias de aculturação apresentaram algum problema de confiabilidade, coincidindo com valores revelados em outros estudos (Berry et al., 2006); certificou-se que a escala avaliava os mesmos constructos.

Espera-se que futuramente haja mais estudos sobre a percepção da discriminação do sotaque no contexto dos países de expressão portuguesa; que inclua participantes imigrantes de origem portuguesa, para compreender se, tal como, grande parte dos imigrantes em Portugal (PALOP e brasileiros) têm ou não a percepção de que falam com um sotaque fraco ou forte, em comparação com os portugueses natos, não imigrantes e que seja um estudo com mais participantes, visto que, em termos de amostra houve apenas 82 participantes que cumpriram com os requisitos de participação do estudo.

Espera-se igualmente que este estudo sirva de incentivo à toda Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a criação ou implementação de atividades mais ligadas à questão do sotaque, sobretudo, entre os países membros e/ou fundadores e os mais recentes, como é o caso da Guiné Equatorial; a nível social, espera-se ainda que haja mais integração e aceitação e respeito pelas diferenças linguísticas (oral), e não só, pois o mundo é cada vez mais intercultural e é essencial que se saiba viver e aceitar aquilo que “nos” difere um dos outros.

Referências

- Abdullah, D; Aziz M, I, A; & Ibrahim, A, L, M. (2014). A “research” into international student-related research: (Re) Visualising our stand? *High Education*, 67, 235–253. DOI 10.1007/s10734-013-9647-3
- Aiken, L. S., & West, S. G. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. London, UK: Sage.
- Akomolafe, S., 2013. The Invisible Minority: Revisiting the Debate on Foreign Accented Speakers and Upward Mobility in the Workplace. *Journal of Cultural Diversity*, pp. 7-14.
- Almeida-Paixão, J. F. M. (2013). Discriminação em relação às pessoas jovens: Efeitos da avaliação de legitimidade da discriminação na identificação com o grupo, bem-estar e expectativas de futuro (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).
- Andrade, G.K. S., Santana, I. M & Ribeiro, J. S. (2012). O Preconceito Linguístico. Brasil: Eixo 2. Educação, sociedade e práticas educativas.
- Berry, W. I. (2001). A Psychology of Immigration. *Journal of Social Issues*, 57 (3), 615- 631.
- Berry, J., & Sam, D. (1997). Acculturation and adaptation. In J. Berry, M. Segall, & C. Kagitcibasi (Eds.), *Handbook of Cross-Cultural Psychology: Vol. 3. Social behavior and applications* (pp. 291–326). Boston: Allyn & Bacon.
- Berry, W. J., Phiney, S. J., Sam, L. & Vedder, P. (2006). Immigrant Youth: Acculturation, Identity and Adaptation. *An international review*, 55 (3), 303-332.
- Bhugra, D. & Jones, P. (2001). Migration and mental illness. *Advances in Psychiatric Treatment*, 7, 216–223.
- Bourhis, Moise., Perrault & Senécal. (1997). Towards an Interactive Acculturation Model: A Social Psychological Approach. *International Journal of Psychology*, 32 (6), 369-386.
- Brown, R., & Gaertner, S. (2003). *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intergroup Processes*. Chapter nineteen: Acculturation (pp. 386- 406). Oxford, UK. Brown & Sam. (2003). *Blackwell Handbook of Social Psychology: Intergroup Processes*. Acculturation (Liebkind, chapter 3).
- Cerrato, L. (2017). Accent discrimination in the US: A hindrance to your employment and career development (International Degree Programmes European Business Administration Thesis). Metropolia University of Applied Sciences, Helsinki.
- Carvalho, R C. M. L. (2005). Identidade étnica e estratégias de aculturação em contextos multiculturais: Estudos com crianças e agentes socializadores (Dissertação de Doutoramento). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Dawson, J. (2018). Interpreting interaction effects. [PDF]. Retirado de <http://www.jeremydawson.co.uk/slopes.htm>
- França, P. A (2015). Adaptação de imigrantes Portugueses em Angola: estatuto, indispensabilidade funcional e estratégias de aculturação (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

- Goto, S. G., Gee, G. C., & Takeuchi, D. T. (2002). Strangers still? The experience of discrimination among Chinese Americans. *Journal of Community Psychology*, 30(2), 211-224.
- Gluszek, A., 2010. Human Accents the Science Behind How We Speak. [Online] Disponível em: <http://www.humanaccents.com/truth-about-accents.html> [Accessed 28th August 2015].
- Hanassab, S. (summer, 2006). Diversity, International Students, and Perceived Discrimination: Implications for Educators and Counselors. *Journal of Studies in International Education*, 10(2), 157-172. doi: 10.1177/1028315305283051
- Jasinskaja-Lahti, I., Liebkind, K., Jaakkola, M & Reuter, A. (2006). Perceived discrimination social support network and psychological well-being among three immigrant groups. *Journal of cross-cultural psychology*, 37, 293-331.
- Jasinskaja-Lahti, I & Jaakkola, M. (2006). Perceived discrimination social support network and psychological well-being among three immigrant groups. *Journal of cross-cultural psychology*, 37, 293-311. doi: 10.1177/0022022106286925
- Jetten, J., Schmitt, T. M., Branscombe, R. N., Garza, A. A. & Mewse, J. A. (2011). Group commitment in the face of discrimination: The role of legitimacy appraisals. *European Journal of Social Psychology*, 41, 116–126. doi: 10.1002/ejsp.743
- Kim, Y. S., Wang, Y., Deng, S., Alvarez, R & Li, J. (2011). Accent, Perpetual Foreigner Stereotype, and Perceived Discrimination as Indirect Links between English Proficiency and Depressive Symptoms in Chinese American Adolescents. *Dev Psychol*, 47(1), 289–301. Doi:10.1037/a0020712.
- LaFromboise, T., Coleman, H. L. K., & Gerton, J. (1993). Psychological impact of biculturalism: Evidence and theory. *Psychological Bulletin*, 114(3), 395-412.
- Liebkind, K. (1992). Ethnic identity: Challenging the boundaries of social psychology. In G. Blackwell (Ed.), *Social psychology of identity and self-concept* (pp. 147-185). London: Surrey University/Academic Press.
- Liebkind, K. (1993). Self-reported ethnic identity, depression, and anxiety among young Vietnamese refugees and their parents. *Journal of Refugee Studies*, 6(1), 25-39.
- Liebkind, K. (2001). Acculturation. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (pp. 386–406). Oxford, U.K.: Blackwell.
- Liebkind, K. (1996). Vietnamese refugees in Finland – Changing cultural identity. In G. M. Blackwell & E. Lyons (Eds.), *Changing European identities* (pp. 227- 240). Oxford, UK: Butterworth Heinemann.
- Liebkind, K., & Jasinskaja-Lahti, I. (2000b). The influence of experiences discrimination on psychological stress among immigrants: A comparison of seven immigrant groups. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 10(1), 1-16.
- Lippi-Green, R. (2012). *English with an Accent: Language, ideology, and discrimination in the United States*, Routledge, Second Edition, London & New York.

- Markley, E. D. (August, 2000). Regional Accent Discrimination in the Hiring Process: A Language Attitude Study (thesis of Master of Arts). University of North Texas, Denton, USA.
- Munro, M. J. (2003). A Primer on Accent Discrimination in the Canadian Context. *TESL Canada Journal*, 20 (2).
- Munro, M. J., Derwing T. M & Sato, K. (2006). Salient accents, covert attitudes: Consciousness-raising for pre-service second language teachers. *Prospect*, 21 (1).
- Nações Unidas. (2016). International Migration Report 2015: Highlights.
- Oliveira, C. R & Gomes, N. (2015). Observatório das Migrações; Imigração em Números; Estatísticas de Bolso. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Oliveira, C. R & Gomes, N. (2017). Indicadores de Integração de Imigrantes, relatório estatístico anual 2017. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).
- IOM. (2011). Glossary on Migration, International Migration Law Series No. 25
- Pereira, R. C & Souza, C. E. L. (2016). Artigos Originais Fatores Legitimadores da Discriminação: Uma Revisão Teórica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2) 1-10. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e322222>
- Phinney, J. S., Hebrew, G. H., Liebkind, K & Vedder, P. (2001). Ethnic Identity, Immigration, and Well-Being: An Interactional Perspective. *Journal of Social Issues*, 57(3), 493–510.
- Redfield, R., Linton, R., and Herskovits, M.J. (1936). Memorandum for the study of acculturation. *American Anthropologist*, 38, 149–152
- Ribeiro, M, J; Estrela, J & Machado, R. (2017). Relatório de Migração, Fronteiras e Asilo 2016. Barcarena, Oeiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Sayegh, L., & Lasry, J. C. (1993). Immigrants' adaptation in Canada: Assimilation, acculturation and orthogonal cultural identification. *Canadian Psychology*, 34(1), 98-109.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2012). A Imigração de Estudantes Internacionais para a União Europeia: O Caso Português, 1-65. Retirado de https://rem.sef.pt/PagesPT/DocsPT/EstudosNacionais/2012_imigracao_estudantes.pdf.
- Tajfel, H & Turner, J. (1979). Chapter 3: An Integrative Theory of Intergroup Conflict. Bristol, England
- Yu, W., & Wang, S. (2011). An Investigation into the Acculturation Strategies Of Chinese Students in Germany. *Intercultural communication studies*, XX: 2

Anexos

Apresentação do Estudo

Gostaríamos de o/a convidar a participar num estudo que tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão das questões relacionadas com a expressão linguística e as relações interculturais na sociedade portuguesa. Este estudo está a ser desenvolvido no âmbito de uma dissertação do Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O estudo consiste num questionário com a duração aproximada de 10 minutos, e dirige-se, exclusivamente, a estudantes universitários, Nacionais de Países de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). As suas respostas são anónimas e confidenciais e os dados recolhidos serão analisados de forma agregada. A participação no estudo é voluntária e pode desistir a qualquer momento, se assim o entender.

Se tiver alguma dúvida sobre este estudo, poderá contactar:

Etiane Eunice Carvalho da Gama (a Investigadora) | eecga@iscte-iul.pt

Ricardo Borges Rodrigues (o Orientador da Dissertação) | ricardo.rodrigues@iscte-iul.pt

Se é maior de idade (18 anos ou mais), e concordar em participar no estudo, selecione a opção abaixo ">>>".

Agradecemos, desde já, a sua estimável colaboração!

Q1. Naturalidade/ Nacionalidade (país de origem)

- Angolana
- Brasileira
- Cabo Verdiana
- Guineense
- Moçambicana
- São Tomense
- Outra

Q2. O português é a língua oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau. Porém, em termos de expressão oral, cada país apresenta variações. Em que medida considera que quando se expressa em português o seu acento/sotaque é diferente do acento/sotaque dos portugueses, em Portugal?

	Nada diferente						Muito diferente
	1	2	3	4	5	6	7

Q2b. Em que medida considera que fala a língua portuguesa com um acento/sotaque diferente dos portugueses que vivem em Portugal? Considere os seguintes contextos:

	Nada diferente						Muito diferente
	1	2	3	4	5	6	7
(a) Na faculdade							
(b) Local de trabalho							
(c) Locais públicos							

Q3. Indique em que medida concorda/discorda das seguintes afirmações relativamente ao facto de os nacionais do seu país poderem ser tratados de um modo diferente pelos portugueses por falarem com um acento/sotaque diferente.

	Discordo totalmente						Concordo totalmente
	1	2	3	4	5	6	7
(3.1) É compreensível que em algumas situações os nacionais do meu país sejam tratados de um modo diferente por falarem com um acento/sotaque diferente dos portugueses.							
(3.2) É justificável que em algumas situações os nacionais do meu país tenham menos privilégios do que os portugueses por falarem com um acento/sotaque diferente.							
(3.3) É razoável que em alguns aspetos sejam preferidas pessoas portuguesas em vez de nacionais do meu país por falarem com um acento/sotaque diferente.							
(3.4) É legítimo que os portugueses tenham alguns privilégios por falarem com um acento/sotaque diferente.							
(3.5) Em algumas situações é normal os portugueses terem mais oportunidades por falarem com um acento/sotaque diferente.							

Q4.

Em seguida são apresentadas algumas afirmações que expressam diferentes posicionamentos relativamente às tradições culturais, amigo, e atividades sociais no seu país de origem e em Portugal. Por favor, indique em que medida concorda/discorda com cada afirmação.

Discordo						Concordo
totalmente						totalmente
1	2	3	4	5	6	7

(4.1) Sinto que os nacionais do meu país que se encontram a viver em Portugal se devem adaptar às tradições culturais portuguesas e não devem manter as suas tradições culturais de origem.

(4.2) Preferia casar com um nacional do meu país do que com um português.

(4.3) Sinto que os nacionais do meu país devem manter as suas tradições culturais, mas que também se devem adaptar às tradições culturais portuguesas.

(4.4) Preferiria casar-me com um português do que com um nacional do meu país.

(4.5) Estaria igualmente disposto a casar-me com um português ou com um nacional do meu país.

(4.6) Sinto que não é importante que os nacionais do meu país mantenham as suas tradições culturais ou que se adaptem às tradições culturais portuguesas.

(4.7) Sinto que as pessoas do meu país devem manter as suas tradições culturais e não se devem adaptar às tradições culturais portuguesas.

(4.8) Não gostaria de me casar com um português ou com um nacional do meu país.

(4.9) Prefiro atividades sociais que envolvam tanto portugueses como nacionais do meu país.

(4.10) Prefiro ter apenas amigos portugueses.

(4.11) Prefiro ter apenas amigos do meu país.

(4.12) Prefiro atividades sociais que envolvam apenas portugueses.

(4.13) Prefiro ter amigos do meu país e portugueses.

(4.14) Prefiro atividades sociais que envolvam apenas pessoas do meu país.

(4.15) Não quero participar em atividades sociais que envolvam portugueses ou nacionais do meu país.

(4.16) Não quero ter amigos portugueses ou do meu país.

Q5. Sexo?

- Masculino
- Feminino
- Outro

Q6. Que idade tem (anos)?

Q7. Habilitações académicas.

- 12.º ano
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro